

Securitização do Mar do Sul da China e a Política Externa Chinesa da Nova Rota da Seda

Teodora Maicá Soares*

Anna Carletti*

Cassiano Schwantes*

Micaela de Souza Greco*

Resumo: O presente artigo busca responder sobre as possibilidades de securitização do Mar do Sul da China pelo Estado chinês, bem como sua iniciativa da nova Rota da Seda. Sendo o objetivo geral da pesquisa analisar, por meio de uma visão de Segurança Internacional e Política Externa, a securitização dessa região da China Meridional e como a Nova Rota da Seda se torna um ponto chave nesse contexto. Para isso, parte-se da hipótese que a postura da política externa chinesa, quanto aos conflitos do Mar do Sul da China, encaixa-se como uma tentativa de securitização, logo que há, historicamente, uma importância geoestratégica e geopolítica não somente para o Estado chinês, mas para vários outros países envolvidos da região. Averigua-se o panorama histórico de conflitos da região, com o intuito de compreender os impulsionamentos dos atores envolvidos para o domínio da região. Ainda, volta-se às questões de securitização teorizadas pela Escola de Copenhague, além de se evidenciar as características que tornam o Mar do Sul da China uma região de valor estratégico para a expansão da política externa chinesa. E por fim, busca-se analisar as novas iniciativas da política externa chinesa, adentrando-se na sua expansão através da nova rota da seda e seus objetivos. O artigo baseia-se em uma revisão bibliográfica de teóricos de Relações Internacionais, bem como na análise de documentos oficiais e tratados de Organismos Internacionais envolvendo a região do Mar do Sul da China.

Palavras-chave: Mar do Sul da China; Nova Rota da Seda; Securitização.

Introdução

O Mar do Sul da China representa uma área marítima de significativo valor geoestratégico para os países asiáticos, juntamente com a iniciativa da Nova Rota da Seda. O Mar do Sul da China é localizado entre as costas de 10 países do leste asiático e se estima que, juntos, tais países abrangem uma população de 4,6 bilhões de pessoas. A região tem sido, historicamente, palco de disputas e tensões geopolíticas por seu alto nível de biodiversidade e de recursos naturais. A China, principal potência regional, tem reivindicado a maior parte da região a partir da política da Nine-Dash Line, argumentando que sua legitimidade remete às épocas dinásticas do sistema sinocêntrico. De outro modo,

Vietnã, por exemplo, reivindica áreas de sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) sob a lógica

*Mestranda no programa de pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ)

*Professora Associada no Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa e Docente no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba. É Doutora em História pela UFRGS (2007), Pós-Doutora em Ciência Política pela mesma instituição (2011).

*Mestrando no programa de pós-graduação em Economia Política Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ).

*Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do curso de Ciências Econômicas na Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS).

de que enviou navios e pessoas naquela região desde o século XVI. Ou seja, diversos são os argumentos utilizados pelos Estados para as requisições, o que gera potenciais atritos entre os atores envolvidos.

Desde 2013, a China deu início ao projeto da Nova Rota da Seda, ou ainda Belt and Road Initiative (BRI). A iniciativa lançada oficialmente por Xi Jinping faz parte do projeto de reascensão chinesa e do ‘sonho chinês’. Com ela a China busca retomar a sua posição natural de potência, aumentando sua influência regionalmente e globalmente. Para isso, o empreendimento desenvolvido pelo governo chinês é baseado em uma estratégia de desenvolvimento e investimento em infraestruturas a nível global. A iniciativa foi dividida em seis corredores econômicos, sendo eles: 1) Ponte Terrestre Eurasiática; 2) o eixo China-Mongólia-Rússia; 3) o eixo China-Ásia Ocidental; 4) o eixo da Península China-Indochina; 5) o eixo do Corredor Econômico China-Paquistão e 6) o Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia e Mianmar. A parte marítima do projeto, conhecida como *Maritime Silk Road*, é uma parte primordial dentro da consolidação dos objetivos chineses com a iniciativa. Desta forma, e pelo Mar do Sul da China estar inserido no território abrangido pela BRI, verifica-se a necessidade de analisar a política externa chinesa para os conflitos no Mar do Sul dentro do contexto de efetivação da Nova Rota da Seda.

Assim, essa investigação científica tem por problema de pesquisa verificar se a China trata a questão do Mar do Sul da China como uma medida de securitização de sua política externa. Outrossim, essa pesquisa parte do objetivo de analisar, sob uma perspectiva de Segurança Internacional, o Mar do Sul da China como região securitizada por meio de sua política externa, principalmente, após o lançamento do megaprojeto da Belt and Road Initiative (BRI) e o papel da BRI dentro desse contexto.

De tal modo, em um primeiro momento deste trabalho, contextualiza-se o histórico regional do Mar Meridional da China e suas principais tensões com os países do Sudeste Asiático ao longo dos anos. Após, verifica-se o valor estratégico da região para a China, a partir dos aspectos teóricos que constituem as questões de securitização através da teoria de complexos regionais de Relações Internacionais, analisando fatores geopolíticos, econômicos, de estratégia e defesa para o exercício de soberania chinesa sobre a região. Dessa forma, busca-se compreender se o Mar do Sul da China é securitizado pela política externa do Estado chinês. E, por último, analisa-se a relevância do Mar do Sul da China na efetivação da Nova Rota da Seda, o que corrobora ou não com a hipótese levantada para essa pesquisa, a qual é apresentada em seguida.

Quanto à abordagem metodológica, parte-se de um método hipotético-dedutivo, em que a hipótese central é que a postura da política externa chinesa, quanto aos conflitos do

Mar do Sul da China, encaixa-se como uma tentativa de securitização, logo que há, historicamente, uma importância geoestratégica e geopolítica não somente para o Estado chinês, mas para vários outros países envolvidos da região. A verificação da hipótese se dará a partir de três elementos teóricos para a corroboração ou não da hipótese levantada, sendo eles: “(i) identificar os agentes securitizadores e seu papel na construção da ameaça; (ii) analisar como determinada audiência mostra-se convencida da existência da ameaça e legitima as medidas emergenciais que são adotadas pelo Estado para enfrentar tal ameaça; e (iii) examinar a natureza dessas medidas, verificando se podem ser enquadradas nos critérios de excepcionalidade que confirmam o processo de securitização” (PEREIRA, SILVA, 2018, p. 4). Logo, verificar-se-á se as demandas chinesas no Mar do Sul da China são essenciais para a concretização dos objetivos da iniciativa do governo chinês ligados à Nova Rota da Seda, dado que o megaprojeto possui como fundamento a projeção geopolítica e econômica do Estado chinês em níveis globais. Para mais, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica, pois se realizou a consulta de materiais primários e secundários, como livros, artigos e dados oficiais de governo.

O Mar do Sul da China: Panorama histórico de tensões

O Mar do Sul da China (MSC) é uma região marítima localizada no Oceano Pacífico, a qual se estende desde o Estreito de Malaca até o Estreito de Taiwan. Os principais países que possuem acesso ao MSC são: Filipinas, Malásia, Brunei, Indonésia, Cingapura, Camboja, Tailândia, Vietnã, Taiwan e a própria China. O mar é caracterizado como marginal, ou seja, é uma região marítima vasta que abrange um espaço de 3.500.000 km² em que forma um arquipélago rico de biodiversidade e de recursos naturais. Segundo dados do site South China Sea (2021), a área possui 30% do total de corais do mundo, além de possuir reservas de petróleo e gás natural, o que torna uma região atraente para os Estados do Sudeste Asiático.

Historicamente, a região se encontra em constante conflito por reivindicações ligadas ao espaço vital dos países. Não obstante, segundo o China Power (2017), o MSC carrega um terço do total do transporte marítimo global, o que representa 80% do comércio global em volume. Além disso, não somente o comércio global transpassa pela região como um todo, destaca-se que os EUA possuem cerca de U\$1,2 trilhões resultantes do comércio marítimo, o que potencializa a zona de tensões da região a níveis ocidentais. Ainda, a região também é passagem entre o Oceano Pacífico com o Oceano Índico, tal qual se resulta como

área essencial estrategicamente para os atores asiáticos.

Outrossim, menciona-se que a área comercial do MSC é resultado das expedições europeias que iniciaram suas passagens a partir do século XVI nas rotas marítimas asiáticas, de forma que foram os primeiros contatos ocidentais com o Leste Asiático, especialmente com a China (AGUILAR; FAKHOURY, 2019). Devido a isso, a China reivindica grande parte da região, claramente pelo teor econômico que se estruturou no espaço geográfico, mas também pelo histórico do sistema sinocêntrico que direcionou os países satélites do Sudeste Asiático ao centro do antigo império chinês. A China durante a Dinastia Song (960-1279) era potência naval, o que abriu espaço para que o império chinês se expandisse entre os Estados regionais da sua zona de influência e estabelecesse estruturas de governança (KISSINGER, 2011).

Entretanto, após o fim da II Grande Guerra e a consequente ascensão dos nacionalismos terceiro-mundistas, os países iniciaram processos de contestação, respaldados após a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (UNCLOS) em 1982. De modo que, estabeleceu-se durante a convenção que o limite de cada Estado para com seu entorno marítimo é de 12 milhas de sua costa. Portanto, as ilhas Paracel e Spratly, as principais disputadas por suas localizações centrais nas bacias do MSC, acabaram adentrando simultaneamente nas milhas marítimas de mais de um Estado, o que gerou protestos por diversos países. Como resultado, por exemplo, Vietnã reivindica parte da Ilha de Spratly na alegação de que enviou homens e navios à região desde o século XVII, e que esta área se enquadra na sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE)⁵ que é fundamental para os projetos de desenvolvimento do setor nacional pesqueiro.

Além disso, demais países também solicitam reconhecimento de legitimidade de territórios ao redor do arquipélago de Spratly, tais como, Malásia, Brunei, Filipinas e Indonésia (FAKHOURY, 2019). Por mais, Aguilar e Fakhoury (2019) expressam que embarcações transitam sobre as rotas daquela região há cerca de dois mil anos por centenas de países, todavia, por séculos a região foi, de fato, controlada pelos portos chineses. Entretanto, em períodos históricos em que o Império Chinês moveu sua atenção a outros locais, como por exemplo, para a Rota da Seda, a garganta do Pacífico ficou à mercê do domínio de outros reinos temporariamente.

Ainda, destaca-se o caso das Filipinas, o qual se trata de uma das relações mais ofensivas para com a China nas resoluções do MSC. O fim da Guerra Fria, por exemplo,

⁵ As ZEEs são as Zonas Econômicas Especiais que foram criadas pelo governo Deng Xiaoping a partir de 1978 na intenção de atrair investimentos estrangeiros a partir de tecnologias, para que a partir disso, houvesse um desenvolvimento na industrialização do país.

marcou diversas mudanças na geopolítica das zonas de influência. De modo que, as embarcações britânicas e francesas após patrulhar o Mar do Sul da China durante o conflito, retiraram-se da área e acabaram por consolidar o poderio estadunidense nas águas asiáticas entre 1957 e 1968. Dessa forma, os EUA se aproximaram dos Estados satélites do sudeste asiático. E, com forte relação com Washington, a partir de 1971, as Filipinas passaram a reivindicar Kalaya'an - uma região ocidental de Spratly - e até 1978 ocuparam mais 8 ilhas para conceder concessões petrolíferas no Mar Meridional da China (AGUILAR; FAKHOURY, 2019).

Ressalta-se que em 2012 após diversos exercícios bélicos entre os países da região, em especial, China e Filipinas, o presidente deste último promulgou um ato administrativo que renomeou as áreas marítimas costeiras do país como Mar do Oeste das Filipinas, ou seja, na prática, os documentos apresentaram que a renomeação abrangeu quase a totalidade do Mar do Sul da China. A China, no mesmo dia, negou a renomeação feita pelas Filipinas. Logo, em 2013, as Filipinas levaram uma denúncia diretamente à Organização das Nações Unidas (ONU) na qual exigiu o estabelecimento de um tribunal arbitral contra a China no âmbito da UNCLOS, em que reivindicou as áreas. Com o fim do julgamento Filipinas-China em 2016, a Corte Permanente de Arbitragem negou as reivindicações históricas chinesas.

Fakhoury (2019) relata sobre a decisão da UNCLOS e os desdobramentos chineses após o caso com as Filipinas na região:

Desta maneira, o ganho de causa foi dado às Filipinas, e a China foi condenada. No mesmo dia, a China rejeitou o julgamento, declarando-o nulo. O presidente chinês Xi Jinping disse que a “soberania territorial e os direitos marítimos” chineses não serão afetados pelo julgamento. Desta maneira, as ações militares mais recorrentes de 2010 a 2014 foram incidentes entre a China e as Filipinas, enquanto que a partir de 2014 envolveram mais frequentemente os EUA e o Japão (FAKHOURY, 2019, p. 7).

Em relação aos princípios reivindicatórios, o governo chinês adotou a política da Nine-Dash Line, a qual traça sua legitimidade passando do limite das 12 milhas estabelecidas pela UNCLOS em 1982, como mostra a imagem abaixo, o que gera grandes tensões para com os países vizinhos.

Figura 1: Nine-Dash Line



Fonte: BBC/UNCLOS/CIA

A Nine-Dash Line foi publicada pela Missão Permanente do Povo da República da China para as Nações Unidas em 2009 em uma nota verbal enviada à ONU após reivindicações por parte da Malásia e Vietnã (JUNG; FILHO; BORGES, 2017; CHINA, 2009). De maneira que a China destacou o seguinte: "A China tem soberania indisputável sobre as ilhas no Mar do Sul da China e as águas adjacentes, e goza de direitos soberanos e de jurisdição sobre águas relevantes, assim como sobre seus solo e subsolo" (CHINA, 2009). Jung, Filho e Borges (2019) escrevem que a China tem demonstrado grande capacidade de resolução bilateral diante tais disputas, mesmo com tentativas, principalmente da ASEAN, de frear e/ou abafar a tentativa ofensiva chinesa de garantir sua legitimidade sob o MSC. Os autores ainda destacam a estratégia de conciliação da expansão econômica chinesa para com sua política diplomática pragmática, o que apresentou o governo chinês como estabilizador da política regional apesar de suas fortes reivindicações.

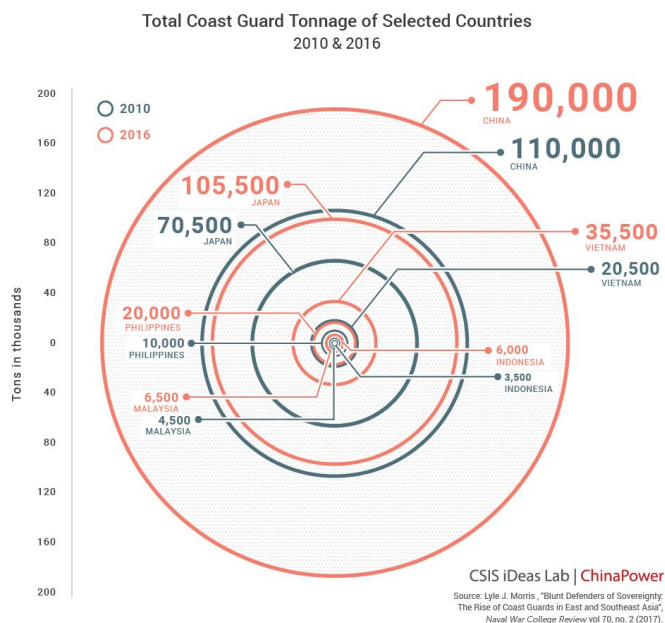
Destarte, vale citar ainda Taiwan para exemplificar o histórico das disputas na região, a qual ocupa desde a década de 1950 a ilha de Itu Aba, a maior do arquipélago de Spratly. Apesar da Declaração do Cairo, a qual determinou que o Japão devolvesse as regiões ocupadas para a China durante a II Guerra Mundial, incluindo Spratly e Taiwan. Desse modo, a Ilha de Formosa estabeleceu seu domínio com auxílio estadunidense nos centros do Mar do Sul da China (AGUILAR; FAKHOURY, 2019). Destaca-se com exatidão a Crise do Estreito de Taiwan entre 1996 e 1997, em que os EUA enviaram porta-aviões para a costa taiwanesa e por resultado, a China enviou o exército para perto das fronteiras costeiras. Apesar da tensão, houve o recuo estadunidense, o qual esfriou a situação. Entretanto, Jung, Filho e Borges (2017) mencionam que esse caso foi emblemático para os chineses pois o Estado percebeu que suas forças militares eram ainda inferiores às dos EUA, o que por consequência, despertou a necessidade de investimento nas forças

armadas. De tal maneira, é o que tem se visto ao longo do século XXI na China.

Portanto, com o aumento desses investimentos militares chineses, os EUA necessitaram rever suas formas de atuação no Sudeste Asiático, de maneira que em 2011 sob o governo Obama, criou-se a Parceria Transpacífica (TPP) que abrangeu diversos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) numa tentativa de liberalizar economias e no sentido político, afastar a influência chinesa para com estes no Mar do Sul da China. Contudo, o acordo foi abandonado em 2018 pelo governo Trump, o que abriu um espaço para o estabelecimento do maior acordo comercial do globo liderado pela China, a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP). Os países membros são as dez nações da ASEAN, Austrália, Coreia do Sul, Japão e Nova Zelândia. Dessa forma, a China iniciou um processo de apaziguamento comercial, numa tentativa de diminuir tensões e garantir sua presença não só no leste asiático, mas principalmente sobre o Mar Meridional.

Todavia, percebe-se a iniciativa chinesa militar no objetivo de fortalecer as bases costeiras através da imagem abaixo, a qual compara entre 2010 e 2016 o total de investimentos militares nas guardas-costeiras de países específicos. A figura expressa que a China em 6 anos quase dobrou os investimentos nessa área específica, partindo dos US \$110,000 milhões em 2010 para US \$190,000 milhões em 2016. Apesar do processo de apaziguamento da RCEP, as tensões permanecem no MSC, de forma que isso se constata através desses valores investidos pelo governo chinês em sua guarda costeira (CHINA POWER, 2021).

Figura 2: Valores monetários de investimentos militares de países específicos.



Fonte: China Power, 2021.

Em vista disso, a Belt and Road Initiative também surgiu como motor da política externa chinesa para estabelecimento de sua presença ao redor do globo. Esse projeto abarcava 138 países em 2020 e uma população de 4,6 bilhões, sendo uma ideia que está sendo executada também nos âmbitos da rota marítima, de tal maneira que se percebe o objetivo ambicioso do crescimento chinês.

Segundo o China Power (2021), em 2012, o presidente chinês Hu Jintao apresentou a meta do país, durante o 12º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC), em se transformar em uma potência marítima. Tal qual, Pequim apoiou esses investimentos e o atual presidente, Xi Jinping corrobora com o ideal da potencialidade chinesa no além-mar, e a Belt and Road é uma demonstração disso, principalmente nas alçadas estratégicas com o Mar do Sul da China. Sendo assim, tal região é de enorme valor geoestratégico para o espaço vital dos atores regionais, o que ainda representa grandes dúvidas quanto às suas resoluções de reivindicação.

Securitização e valor estratégico do Mar do Sul da China para a China a partir de Complexos Regionais de Segurança

Dentre os estudos de estratégia e defesa, logo, de segurança internacional, na área de relações internacionais, pode-se localizar alguns principais pilares que acabam por estruturar as necessidades e escolhas de cada unidade, estatal ou não, para essa estruturação. Estão nestes pilares alguns conceitos derivados dos estudos estratégicos, haja visto a própria derivação dos estudos de segurança internacional (ESI) do mesmo (BUZAN, 2012). A construção conceitual de Estado e segurança no mundo contemporâneo dentro do ESI, será alicerce para desenvolvermos a importância do Mar do Sul da China para a política externa chinesa.

Ainda no século XX, os estudos clássicos sobre segurança internacional, no mundo e na academia ocidental, buscavam assegurar a soberania nacional de algum grupo ou de algum indivíduo e etc por meio de um atrelamento de segurança à caráter militar e de urgência (BUZAN, 2012). Isso acaba por colocar o Estado e sua estrutura como objetos tanto analíticos quanto referenciais, levando à densidade dos debates teóricos de Relações Internacionais. A exemplo, os debates construtivistas de Relações Internacionais irão buscar elucidar a construção social de nossa realidade e assim, explicar a influência do meio no qual determinada dinâmica do sistema internacional ocorre. Ou seja, tenta-se argumentar não somente como os atores irão se comportar a partir da estrutura, mas também a própria construção social da estrutura, dos atores e do ambiente no qual estão inseridos. ois para a

escola construtivista, os preceitos identitários conduzem à realidade do sistema.

Dessa forma, para compreendermos a atuação de atores fora do padrão de comportamento ocidental, como diversos países do continente asiático, justamente envolvidos nas tensões do Mar do Sul do China, podemos relacionar características construtivistas e questões de securitização⁶ às temáticas geoestratégicas da China e ao valor da região. De acordo com Wendt (1992) em um de seus primeiros ensaios chamado *Anarchy is What States Make of It*, o autor justamente teoriza sobre a anarquia do sistema internacional e sua organização:

If today we find ourselves in a self-help world, this is due to process, not structure. There is no “logic” of anarchy apart from the practices that create and instantiate one structure of identities and interests rather than another; structure has no existence or causal powers apart from process. Self-help and power politics are institutions, not essential features of anarchy. (WENDT, 1992, p 394-395).

Considerando o conhecimento a respeito das teorias de Relações Internacionais clássicas, podemos identificar na Escola de Copenhague e, mais especificamente, na teoria de Complexos Regionais de Segurança, um encontro entre o realismo ofensivo de Mearsheimer (2001) e o construtivismo clássico de Wendt (1992). A Escola de Copenhague divide-se em suas análises multi setoriais, as quais, a partir da óptica de Buzan (2012) podem ser divididas em: a) militar; b) política; c) econômica; d) societal e, e) ambiental. Os Estudos de segurança internacional, bem como as escolhas de defesa e estratégia dos Estados, entre as décadas de 1930 a 1990, focaram-se somente no cerne militar da lógica do sistema internacional, entretanto, com o avanço do contexto político do sistema internacional⁷, bem como o avanço tecnológico, focar-se exclusivamente em questões militares começam a tornar-se, para o cenário atual, obsoletas.

Na obra *“Security: a new framework for analysis”* de Buzan, Waever e Wilde (1998) abordam o que define a securitização: *“securitization studies aims to gain an increasingly precise understanding of who securitizes, on what issues (threats), for whom (referent objects), why, with what results, and, not least, under what conditions (i.e., what explains*

⁶ A teoria da securitização surge a partir da Escola de Copenhague, principal escola do segmento Construtivista de Relações Internacionais. O conceito de securitização será abordado ao longo do trabalho, sendo peça fundamental para a compreensão do valor estratégico do Mar do Sul da China e a subjetividade da ameaça.

⁷ Traduz-se como avanço do contexto político internacional a ascensão do neoliberalismo no mundo e o crescimento da participação de países subdesenvolvidos nos diálogos e conflitos internacionais ao fim do século XX, o que torna a polaridade de poder no sistema internacional cada vez mais subjetiva, contribuindo para a busca de explicações mais tangentes (como os Complexos Regionais de Segurança) quanto à questões de segurança internacional, bem como a conceituação de securitização e de ameaça ao sistema internacional a partir da quebra da unipolaridade estadunidense no sistema internacional após o 11 de setembro de 2001.

when securitization is successful)”⁸ (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 32). A escolha de um Estado em securitizar alguma temática - e assim, tomar medidas extraordinárias - leva em consideração todos estes fatores, conectando-os e observando a relevância destes para o setor político e societal. Ou seja, a importância para a política externa, nível de aceitação e concordância popular a respeito da temática.

E pensando nisso, Buzan e Waever (2003) irão desenvolver a teoria de complexos regionais de segurança. Em linhas gerais, esta irá considerar a interferência e influência dos atores do sistema internacional sobre questões mais específicas, justamente regionais, percebendo que os Complexos desenvolvem-se num sistema anárquico quase que de autossuficiência. Todavia, esse desenvolvimento também irá se atrelar às condições societais regionais: o comportamento micro refletirá de forma macro no sistema internacional, pondo em pauta padrões de socialização entre atores para o exercício de suas relações, negativas ou não, de acordo com os construtivistas.

Ainda, para Buzan e Waever (2003), os complexos regionais de segurança são divididos em: padrão e centrado. Os complexos padrões têm por característica principal a ausência de um polo de poder, uma potência, pois: “*Within a standard RSC the main element of security politics is the relationship among the regional powers inside the region. Their relations set the terms for the minor powers and for the penetration of the RSC by global powers.*”⁹ (BUZAN, WAEVER, 2003, p. 55). Logo, os complexos centrados possuem como característica a presença de alguma potência do sistema internacional, sendo divididos em quatro subcategorias.

As duas primeiras, super poder e ótimo poder, com a presença de uma grande potência e uma superpotência, respectivamente; a terceira, poder institucional, na qual o polo de poder é acumulado por uma instituição, como na União Europeia e a quarta categoria, poder regional, caracteriza-se por um polo do complexo regional que acumula poder regionalmente, todavia nos parâmetros de assimetria de poder do sistema internacional, que não exerce nenhum tipo de poder global (BUZAN, WAEVER, 2003, p. 57). Para os autores, o sudeste asiático, região parte de nosso objeto de pesquisa, adequa-se na segunda subcategoria, pois: “*Polarity determined by regional powers*” (BUZAN,

⁸ “estudos de securitização buscam alcançar a compreensão cada vez mais precisa de quem securitiza, quais as problemáticas (ameaças), para quem, por qual motivo, a partir de quais resultados e ainda, sobre quais condições (buscando explicar em qual momento a securitização pode e deve ser realizada com sucesso.” (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998, Tradução nossa).

⁹ “A partir do Complexo Regional de Segurança Padrão, o principal elemento das políticas de segurança são as relações entre os pólos regionais de poder, dentro da região. A relação, a forma como interagem entre si, ditam o comportamento dos complexos regionais menores e o formato de inserção de poderes globais à CRS.” (BUZAN, WAEVER, 2003. Tradução nossa).

WAEVER, 2003, p. 59), tendo a China como potência regional e super potência externa, ao mesmo tempo que os complexos da região não sofrem influência externa global em suas dinâmicas domésticas.

Os autores focam-se no sudeste asiático como sendo um dos principais exemplos tradicionais de regimes de segurança internacional de terceiro mundo, a partir da atuação chinesa e da ASEAN, focando-se no que tange às questões político-militares quando se trata de segurança (BUZAN, WAEVER, 2003). Podemos relacionar isso a questões e anseios majoritariamente ocidentais do que de fato pertencem a região asiática, pois a China vem avançado para tornar-se a principal potência econômica do mundo. O Sul Chinês, como um todo, é alvo de uma vasta presença norte-americana desde a Guerra da Coreia (1950 - 1953), o que usualmente gera constrangimento e situações de não-confiança entre as potências contra ocidentais e àquelas que possuem parcerias com a potência ocidental, como Japão e Coreia do Sul.

Para Buzan e Waever (2003), na Ásia pode-se classificar os Estados e regiões da seguinte forma:

Asia contains two great powers (China and Japan) and a third state (India) that is the leading aspirant to elevation from regional to great power standing. It also contains three nuclear weapon states (NWS – China, India, Pakistan) and a possible fourth (North Korea), plus three nuclear threshold states (Japan, South Korea, Taiwan) practising ‘recessed deterrence’ – the capability to move quickly to NWS status should their local environment become more threatening militarily, or the promise of US support lose its credibility. A co-location of adjacent great and regional powers on such a scale has only one other precedent, Europe, and the most apt comparison is not with today’s Europe. (BUZAN, WAEVER, 2003, p. 93).¹⁰

Embora na obra de Buzan e Waever (2003) o sudeste asiático seja classificado como um complexo regional de segurança padrão, tendo a China como seu protagonista, é nítida a ascensão de grandes potências, buscando tornarem-se superpotências, pela lógica de competição do sistema internacional. A busca por essa ascensão será diretamente refletida nos conflitos do Mar do Sul da China porque: “Quem controla o Oceano Índico, domina a Ásia. Este oceano é a chave dos sete mares no século XXI. O destino do mundo se decidirá nestas águas.” (Alfred Thayer Mahan, geoestrategista da US Navy, 1840-1914). Assim, o

¹⁰ “A Ásia possui dois ótimos poderes (China e Japão) e um terceiro Estado (Índia) que é o principal aspirante a tornar-se também ótimo poder padrão, deixando sua posição de poder regional. Na Ásia também pode-se elencar três potências nucleares - NWS (China, Índia, Paquistão) e um possível quarto (Coreia do Norte), além de três regiões com possibilidades nucleares limitadas (Japão, Coreia do Sul e Taiwan) ao praticarem expansão limitada de seus programas - mas tendo capacidade de elevarem rapidamente seu status para NWS a partir da necessidade dentro de um ambiente militarmente ameaçador, ou da perda de credibilidade do apoio dos EUA. Uma comparação de formação adjacente entre ótimos poderes e poderes regionais, em escala, o único precedente é a transformação da Europa, mas tendo o contraponto de que a Europa atual não possa ser um comparativo” (BUZAN, WAEVER, 2003, p. 93. Tradução nossa).

Mar do Sul da China possui valor estratégico para consolidação de poder para aquela potência que possuir maior soberania sobre ele. Mas, até que ponto a China, já sendo uma superpotência global num sistema multilateral, busca maximizar seu poder?

Podemos elencar alguns pontos que fazem do Mar do Sul da China um espaço de valor estratégico e de interesse para a China e seus objetivos no sistema internacional. Retomando os conceitos de segurança internacional de Buzan (2012), a securitização de um Estado deve-se dividir em cinco elementos, não somente no poderio militar, visando as dinâmicas contemporâneas entre os Estados. A nova política externa chinesa, aprofundada no capítulo seguinte, irá se atentar aos elementos de securitização, focando-se na conquista de mais recursos naturais. De fato, no século XXI os conflitos entre Estados, em sua maioria, se deram e irão prosseguir na disputa por matéria-prima¹¹.

O valor dos recursos naturais do Mar do Sul da China será pauta a partir de estudos de recursos naturais na região. De acordo com Fakhoury (2019), a Companhia Nacional de Petróleo Offshore da China (CNOOC) estima a existência de 14 trilhões de metros cúbicos de gás natural e 125 bilhões de barris de petróleo no Mar do Sul da China. Números elevados em comparação com as reservas do agente externo usualmente envolvido nos diálogos de reivindicação territorial do Mar do Sul da China, Estados Unidos, que, em 2020, possuía reservas de 68,8 bilhões de barris, segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). Este tendo relações conflituosas com alguns dos principais Estados detentores das maiores reservas, como Venezuela, Iraque, Irã e Rússia. Kaplan (2014), famoso geopolítico da temática, coloca: “South China Sea is likely to become ‘the second Persian Gulf’” (KAPLAN, 2014, p. 225).

Uma região marítima sem soberania, independente do seu grau de importância para a política externa de um Estado, é sinônimo de disputa entre os Estados vizinhos, pois mesmo a partir de uma análise geopolítica rasa da situação, território é poder (RATZEL, 1897). Não obstante, o valor estratégico do Mar do Sul da China conecta-se também à sua relação geográfica, pois além de ligar um conjunto de países do sudeste asiático, liga-se ao Oriente Médio e ambos os oceanos pacífico e Índico (PEREIRA, 2004). Também, pode ser traduzido em números, ao analisarmos o valor econômico para reivindicação Chinesa, de acordo com Pereira (2004):

– Mais de 40.000 navios – representando mais de metade da tonelagem total a

¹¹ A partir de Kennedy (1989), conseguimos realizar uma análise de que majoritariamente os conflitos internacionais foram impulsionados pela busca de matérias-primas, principalmente petróleo, vide possuir a concentração desta fonte de energia ser sinônimo de possuir monopólio de poder no sistema internacional. Todavia, o petróleo - principal fonte de energia da atualidade - é um recurso natural finito, o que fomenta a busca por novas fontes de energia para a autossuficiência dos Estados e a reivindicação e controle das bases petrolíferas já existentes (PEREIRA, 2008).

Securitização do Mar do Sul da China e a Política Externa Chinesa da Nova Rota da Seda

- nível mundial – circulam anualmente no MSC, um volume de tráfego duas vezes superior ao do Canal do Suez e três vezes superior ao do Canal do Panamá;
- Cerca de 15% do volume total do comércio mundial transita pelas Rotas Marítimas de Comunicação do Sudeste Asiático;
- Mais de 80% do petróleo com destino ao Japão, Coreia do Sul e Taiwan é transportado via MSC;
- Cerca de 2/3 do abastecimento de recursos energéticos pela Coreia do Sul e mais de 60% por parte do Japão e de Taiwan transitam anualmente pela região do Sudeste Asiático (PEREIRA, 2004, p. 104-105).

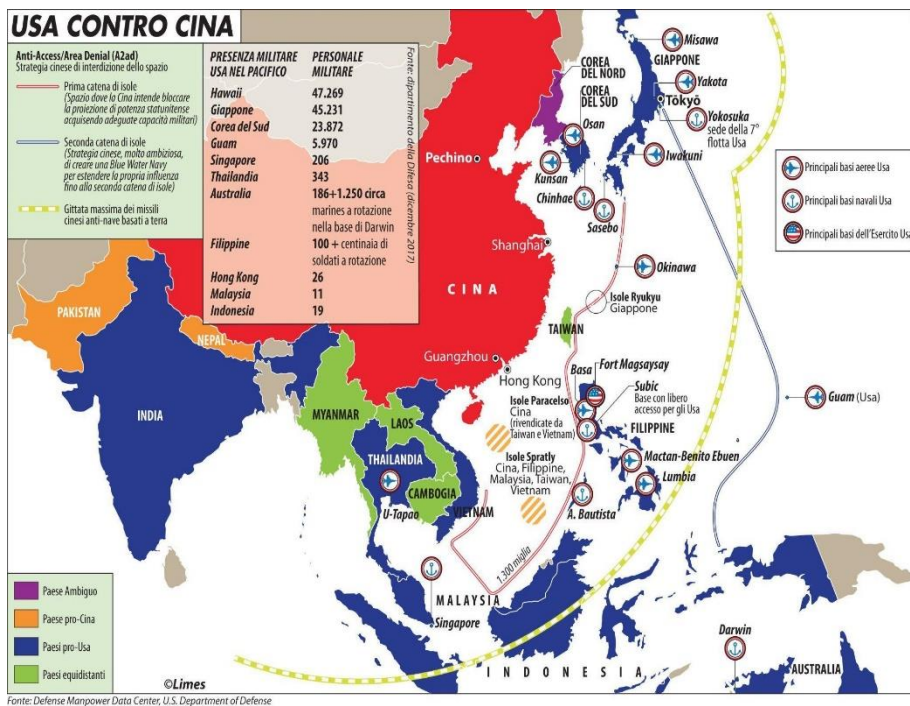
À vista disso, a China vem construindo o que será chamado de “Colar de Pérolas”¹²(VÁZQUEZ, 2013), como parte da sua política externa no objetivo de: a) uma política externa expansionista com estações estrategicamente posicionada para manutenção de controle dos *chokepoints*¹³ do Mar do Sul; b) *Belt and Road Initiative*: tornar as rotas marítimas do Mar do Sul da China parte da nova Rota da Seda Chinesa e c) controle político e social da região, sendo o principal potência deste complexo regional, ao maximizar poder, conquista projeção de superpotência e soberania no sistema internacional. Dessa forma, pergunta-se: Essas medidas fariam parte de uma tentativa de securitização do Mar do Sul da China?

A seguir, podemos visualizar no mapa abaixo a forte influência estadunidense pela quantidade de bases deste Estado espalhadas no Mar do Sul em conjunto com o destaque das regiões marcadas na cor azul como apoiadoras da atuação estadunidense. E, mesmo assim, visualiza-se através das linhas amarela, azul e vermelha espalhadas pela região, o alto nível de controle chinês sobre a região, exercendo seu papel de superpotência deste complexo regional. Atualmente, podemos verificar as rotas, o colar de pérolas e a militarização (tanto estadunidense quanto chinesa) do Mar do Sul, a partir do mapa:

Figura 3: Mapa da situação militar, política e geográfica do Mar do Sul da China.

¹² Embora o termo nunca tenha sido utilizado nas escolas chinesas ou pelo próprio governo, o termo foi adotado pela academia ocidental. O colar de pérolas construído pela China na região do Mar do Sul da China, caracteriza-se por serem bases navais e portos (por isso o nome de pérolas) espalhadas pelo Mar do Sul da China, maximizando o poder e influência chinesa, além da criação de parcerias diplomáticas com países que fazem parte da rota. O colar de pérolas acaba estrangulando e cercando um elevado número de bases estadunidenses (VAZQUÉZ, 2013).

¹³ Expressão militar utilizada em estudos estratégicos e de defesa, os *chokepoints* são pontos terrestres que vão de encontro com rotas marítimas. São caracterizados por serem localizados no único ponto de passagem daquela rota, tornando-se ponto de choque para embarcações e de alto nível de controle para quem controla os pontos.



Fonte: Carta di Laura Canali, 2018.

Em síntese, a China como parte fundamental do complexo regional de segurança do sudeste asiático, realiza o exercício de maximização de sua soberania na região, ao mesmo tempo que constrói uma diplomacia que não busca pela hegemonia global. O colar de pérolas chinês espalhado pelo Mar do Sul da China, constitui uma preocupação chinesa quanto ao avanço econômico, em prol do alcance da autossuficiência e menor interdependência do Estado (VÁZQUEZ, 2013). Além da construção da identidade cultural chinesa, que sofre embargos da influência ocidental em alguns de seus territórios, como Hong Kong e Taiwan, gerando vulnerabilidades internas, um dos principais níveis estruturais da teoria de complexos regionais de segurança (BUZAN, WAEVER, 2003).

Política externa chinesa durante o governo Xi Jinping para o Mar do Sul e a Nova Rota da Seda

O governo de Xi Jinping (2013- atualmente) marca uma nova fase para a política externa chinesa, que assume uma postura mais assertiva na defesa de seus interesses nacionais e na sua relação com outros Estados. Apesar disso, a influência confucionista e seu princípio de pacifismo ainda se mostram presentes na postura chinesa. Assim como conceituam Dantas e Jabbour (2021), o novo processo de globalização liderado pela China, a Globalização Institucionalizada pela China, representa uma quebra em relação à

“...geopolítica gestada pela globalização financeira levada a cabo pelo imperialismo” (DANTAS, JABBOUR, 2021, p.64), e atua como um reflexo dos princípios orientadores da política externa do país.

Xi Jinping cunhou ao longo de seus anos no governo algumas expressões que dão continuidade ao ideal de ascensão pacífica da China, termo desenvolvido por Zheng Bijian durante o governo de Hu Jintao (2003-2013). O termo, assim como outros posteriormente cunhados por representantes do governo chinês, buscam expressar a forma como a China busca conduzir o seu desenvolvimento. Mais recentemente, durante o governo de Xi Jinping, a expressão Cooperação pelo Desenvolvimento passou a ser mais um exemplo disso. De acordo com o próprio governo chinês, a Cooperação pelo Desenvolvimento é parte importante da política externa chinesa da ‘Nova Era’, sendo a Nova Rota da Seda um dos principais mecanismos da mesma (Conselho de Estado da República Popular da China., 2019).

Desde a chegada do Partido Comunista Chinês ao governo chinês em 1949, a República Popular da China adotou uma postura anti-imperialista e de defesa dos interesses dos países do Terceiro Mundo. Seguindo por essa linha, apesar do projeto de reinserção chinesa como um *player* global após o século de humilhações¹⁴, a China busca que esse processo ocorra de forma pacífica, buscando maior autonomia para o país, mas nunca visando a hegemonia global (Conselho de Estado da República Popular da China, 2021).

A ‘ascensão pacífica’ da China transformou-se em ‘desenvolvimento pacífico’, em 2004, ainda durante o governo de Hu Jintao. A troca de terminologia se enquadra na tentativa do governo chinês de demonstrar que os objetivos de desenvolvimento da China não devem ser encarados como uma ameaça e que “(a China) acredita que o próprio crescimento acarretará um ambiente de prosperidade e paz internacional” (BURGER, 2018, p. 189). Assim, a China dá continuidade a sua tradição pacifista e anti-expansionista histórica, que pode ser observada desde sua era dinástica.

Dentro da ideia de desenvolvimento pacífico foram inseridos os cinco princípios da coexistência pacífica, os quais guiam as decisões chinesas como um ator global. Esses cinco princípios são: I) respeito à integridade territorial e soberania; II) não interferência nos assuntos internos; III) não agressão; IV) coexistência pacífica entre os Estados e V) igualdade e benefício mútuo. Apresentados em 1953 por Zhou Enlai¹⁵ durante as negociações entre China e Índia em relação ao Tibete, posteriormente os princípios passaram a ser adotados não somente para as relações China-Índia como também para as

¹⁴ O Século de Humilhações se refere ao período em que a China sofreu com as invasões e guerras com as potências ocidentais e com o Japão até a ascensão do Partido Comunista ao poder em 1949.

¹⁵ Zhou Enlai foi primeiro ministro da RPC desde sua formação em 1949 até a morte do mesmo em 1976.

relações China-Mundo (BURGER, 2018).

Xi Jinping ao assumir o governo da China em 2013 deu continuidade ao discurso de desenvolvimento pacífico chinês buscando afastar os discursos de ‘ameaça chinesa’ que vieram à tona junto com a expansão econômica do país. Apesar disso, a política externa chinesa, na liderança de Xi Jinping, adotou uma postura mais assertiva em comparação aos governos anteriores. Assim como conceitua Yan (2018), a China passou de sua postura *Keeping a Low Profile*¹⁶ para um novo posicionamento que pode ser caracterizado como *Striving for Achievement*¹⁷ durante a Era Xi Jinping.

Assim, a nova China de Xi Jinping adere uma reformulada postura dentro da sociedade internacional para dar continuidade a um projeto de anos: a reascensão do Estado chinês, como o processo é visto pela população, onde a China, assim como contextualiza Kissinger (2011), retorna a sua posição natural de potência.

A Nova Rota da Seda, também nomeada como *One Belt, One Road*¹⁸ ou ainda *Belt and Road Initiative*¹⁹, se insere neste contexto de renascimento chinês e na busca por ferramentas de renovação pela gestão de Xi Jinping. O líder chinês ao assumir o cargo de presidente encontrou o desafio de manter o desenvolvimento econômico do país, assim como a estabilidade política (CARLETTI, 2018). Nesse contexto, a Nova Rota da Seda pode ser vista como uma extensão do *soft power*²⁰ chinês, assim como a Antiga Rota da Seda, servindo como uma forma de aumentar sua influência política e econômica a nível regional e global.

Anunciada em 2013, a iniciativa abrange pontos fundamentais da política interna e externa da China. No que se refere à importância interna da Nova Rota da Seda, o projeto é responsável por levar infraestruturas para regiões mais afastadas do centro industrial chinês, localizado no leste do território. Buscando o desenvolvimento das regiões ao oeste, o governo tem como objetivo conter movimentos de caráter separatista no país (KOTZ, 2018).

Em relação à importância internacional do projeto, o mesmo funciona como um elemento essencial na continuidade do crescimento econômico da China tendo em vista que aumentou o alcance do mercado chinês, facilitando o escoamento da superprodução chinesa (CARLETTI, 2018). A Nova Rota da Seda abrange uma área territorial mais extensa do que a iniciada pela dinastia Han no século 2 a.C. Entre as suas rotas terrestres e marítimas, a

¹⁶ Manter um perfil baixo (tradução nossa).

¹⁷ Esforçar-se para realizar (tradução nossa).

¹⁸ Um Cinturão, Uma Rota.

¹⁹ Iniciativa do Cinturão e da Rota.

²⁰ *Soft power*, ou poder brando, foi um conceito desenvolvido pelo cientista político Joseph Nye e que se refere ao poder de um Estado de influenciar/moldar os interesses de outro (s) através de seus aspectos culturais, tecnológicos e institucionais.

iniciativa chinesa busca conectar a China aos outros países do continente asiático e do Pacífico, aos continentes europeu e africano e a América Latina.

Um dos elementos geoestratégicos envolvidos na efetivação do fragmento marítimo da Nova Rota da Seda, conhecido como *Maritime Silk Road*, são as disputas no Mar do Sul da China, ou Mar da China Meridional. A demanda chinesa pelo controle marítimo da região aprofundou-se ainda mais devido à importância econômica e geoestratégica que o Mar da China Meridional, especialmente o Estreito de Malaca, dentro do empreendimento chinês (XU, 2014).

As disputas no Mar do Sul da China mostram o paralelo formado entre a postura pacifista histórica da China e o modelo *Striving for Achievement* que pode ser observado com Xi Jinping. Assim como apontado por Burger (2018): “O Mar do Sul da China é diretamente impactado pela reemergência chinesa. Ali a pretensão de alcançar o desenvolvimento pacífico e, conseqüentemente, o “sonho chinês”, é constantemente colocado à prova (BURGER, 2018, p. 201)”. O discurso oficial chinês continua indicando o desejo chinês de resolver a questão através do diálogo. Porém, alguns pontos, como a construção de ilhas artificiais pela China, vêm gerando, ao longo dos últimos anos, aumento nas tensões entre chineses e os países membros da ASEAN.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) de 1982, ilhas rochosas desprovidas de habitação humana e atividades econômicas não podem ser consideradas Zonas Econômicas Exclusivas e não podem possuir plataforma continental (ONU, 1982). Um dos principais pontos de atrito entre China, os países da ASEAN e os Estados Unidos se refere justamente ao estabelecimento de habitações pela China nos territórios rochosos.

Ao estabelecer residências nos rochedos antes não habitados, a construção de plataformas continentais e o estabelecimento de Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) passa a ser aceito dentro do determinado pela UNCLOS. A estratégia adotada pelo governo chinês não foi bem vista pelos outros países que possuem reivindicações de território na região. Países como Vietnã, Filipinas e Estados Unidos apontam que as ilhas artificiais estariam sendo utilizadas como uma forma da China aumentar sua presença militar na região, com a criação de pistas para aviões e a instalação de mísseis (BURGER, 2018).

Apesar da inegável militarização crescente na região desde a primeira ação militar ocorrida em 2001, o governo chinês através de seus discursos nega acusações que se referem a busca de hegemonia e militarismo. Porém, o aumento da assertividade chinesa quanto aos acontecimentos no Mar da China Meridional e suas ambições na região são facilmente perceptíveis sob o governo de Xi Jinping (FAKHOURY, 2019). O conceito de

desenvolvimento pacífico, assim como os cinco princípios da coexistência pacífica, ainda faz parte do discurso chinês, no entanto, a China adota uma postura claramente mais inflexível na defesa de seus interesses nacionais, grande parte devido ao envolvimento estadunidense na região. A presença norte-americana no Mar do Sul, assim como o tensionamento militar, vem escalando progressivamente desde o primeiro confronto militar em 2001. O interesse dos Estados Unidos na área se explica pela importância geoestratégica que o Mar da China Meridional possui no contexto de um possível conflito China - Taiwan e Estados Unidos.

A ASEAN tem sido um espaço utilizado por ambas as partes, China e os países membros da associação, na busca de se fazer valer seus interesses e expressar suas inquietações. A China mantém seu discurso contra a militarização e em defesa do pacifismo na região, buscando a solução de conflitos através de acordos bilaterais e, no contexto multilateral da ASEAN, veta declarações conjuntas que vão contra suas ambições (BURGER, 2018). Já Vietnã, Filipinas, Malásia e Brunei, assim como outros Estados preocupados com as ações chinesas, tentam através do fórum da ASEAN criar medidas que limitariam a presença militar chinesa na área.

Ressalta-se dentro desse contexto de escalada de tensões na região a importância da Nova Rota da Seda como um instrumento do *soft power* chinês. A cooperação *win-win*, que possui presença constante nas falas do presidente Xi Jinping, demonstra a preocupação chinesa na formação de um novo sistema, em conjunto com um novo conceito de segurança, onde a ascensão da China não deve ser encarada como uma ameaça, mas sim como uma oportunidade de desenvolvimento para outros países.

Sendo assim, a postura mais assertiva do governo chinês em relação às suas demandas por território no Mar do Sul se justifica pela importância que a região tem para a efetivação do braço marítimo da Nova Rota da Seda. O perfil *Striving for Achievement* (YAN, 2014) adotado pela gestão de Xi Jinping fica evidente dentro desse cenário, ainda que na busca pela coexistência pacífica. Constata-se que o direito de livre circulação na área do Mar do Sul que a China reivindica, cerca de 90% da área total, é parte fundamental do super-projeto da política externa chinesa. Sendo assim, é, também, primordial para a manutenção da estabilidade econômica e política chinesa e para o processo de reascensão da China.

Considerações finais

O dilema da ascensão chinesa no sistema internacional é constante. Ao mesmo tempo que a ordem global ocidental estreita sua desconfiança com esta ascensão,

aumentando o número de micro conflitos regionais - fomentados pelas relações diplomáticas e de troca da potência norte-americana - a ascensão da China não parece preocupar os Estados que vêm conectando-se economicamente a ela. Não obstante, por exemplo, a China é o principal parceiro econômico da potência nuclear Coreia do Norte, auxiliando na resistência do Estado aos embargos da ONU. Manter relações estreitas com a Coreia do Norte usualmente não é bem quisto no sistema internacional e, mesmo assim, a China consegue manter relações com países de todos os nichos identitários e econômicos do sistema internacional.

Na sessão anterior deste trabalho, contestamos que a gestão Xi Jinping busca a sua expansão de forma que se preserve a coexistência pacífica, pois o objetivo chinês não se concentra numa busca pela hegemonia global (YAN, 2014). Todavia o exercício de hegemonia regional é de suma importância para sua estabilidade econômica e alguns de seus principais objetivos, que se traduzem no alcance da autossuficiência, diminuição da interdependência com outras regiões e a defesa de ameaças à sua soberania. Também, a China demonstra atentar-se às questões sociais e ambientais que pairam sobre o sistema internacional, visto a limitação de recursos de nosso planeta.

A exemplo, o justo interesse em reivindicar o território do Mar do Sul da China, acumula desenvolvimento de estudos voltados para questões ambientais e de exploração de recursos naturais voltados para o Mar do Sul da China. Ainda, a falta de legislação quanto ao território, além de impedir avanços de exploração coesa de recursos, abre uma lacuna para a sobrepesca e a superexploração que, segundo o *Share America* (2016), causou uma diminuição de mais de 80% de algumas espécies marítimas nos últimos anos.

Ademais, na Figura 3 deste trabalho, podemos visualizar uma excessiva presença estadunidense na região do Mar do Sul. Se pudéssemos elencar agentes securitizadores para a construção de uma ameaça que levasse a China a securitizar o Mar do Sul da China, facilmente poderíamos elencar a presença de mais de 15 bases navais, aéreas e terrestres dos Estados Unidos na região (Figura 3). Além disso, os Estados Unidos exercem forte influência num elevado número de países vizinhos da potência chinesa, o que gera uma preocupação ainda maior quanto à defesa da soberania nacional e à manutenção da estabilidade hegemônica.

Por conseguinte, ao longo do trabalho foram estabelecidos, a partir de cada capítulo, a relevância do Mar do Sul para a China. Em conjunto ao seu panorama histórico, dialoga-se com a prática social do identitário da cultura chinesa: a influência confucionista no íntimo da estrutura sociopolítica da China, além da conservação da memória histórica do colonialismo. Já consoante à nova fase da política externa chinesa, encontramos as

principais preocupações de segurança internacional, de acordo com Buzan (2012): a construção de uma política externa baseada na expansão econômica juntamente ao equilíbrio militar e diplomático, que vem se consolidando em todos estes âmbitos com a *Belt And Road Initiative*.

E por fim, o conjunto de questões que agregam ao valor estratégico e de segurança do Mar do Sul da China, para a China. O gigante asiático corrobora um número notório de questões para preocupar-se quanto ao Mar do Sul, além de possuir apelos de direito histórico e crescente econômica e de desenvolvimentista na região, todavia, ainda não podemos encaixar a questão como securitização chinesa. Embora seja uma preocupação do governo chinês, bem como uma atuação cada vez mais assertiva sob a reivindicação venha sendo adotada, o governo nunca implementou meios extraordinários para lidar com a questão.

Junto ao “sonho chinês”, propaganda chinesa de projeção cada vez maior no cenário internacional, caminha a população chinesa que majoritariamente legitima as ações do governo. Todavia, ao analisarmos a gestão, o planejamento quinquenal chinês, as iniciativas da política externa e até mesmo o não uso da força diante das constantes intervenções ocidentais próximas ao seu território, leva-se à conclusão que, até o momento, o Mar do Sul da China não seja de fato securitizado pela China, pois não se enquadra nos critérios singulares que legitimam o processo de securitização.

Recebido em 31 de janeiro de 2022. Aprovado em 30 de novembro de 2022.

Referências

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. FAKHOURY, Renato Matheus Mendes. **Mar do Sul da China: um histórico de disputas**. Revista de História Regional 24(2): 303-324, 2019 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>> Acesso em 09 de novembro de 2021.

BURGER, Mariana. **A reemergência chinesa e os conflitos territoriais no mar do sul da China**. A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo / organizador Javier Vadell. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Lynne Rienner Publishers, Inc. Published in the United States of America, 1998.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

CHINA. **The Permanent Mission of the People's Republic of China to the UN Secretary-General.** 2009. Disponível em: http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/mysvnm33_09/chn_2009re_mysvnm_e.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

CHINA POWER TEAM. **"How Is China Influencing Global Maritime Connectivity?"** China Power. 30 de abril de 2021. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-ports-connectivity/> Acesso em 10 de outubro de 2021.

CHINA POWER TEAM. **"How much trade transits the South China Sea?"** China Power. 02 de agosto, 2017. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/> Acesso em 9 de novembro de 2021.

CARLETTI, Anna. **Os desafios atuais da China de Xi Jinping.** Sobre a China / Marcos Costa Lima organizador. Recife: Editora UFPE, 2018.

CHEN, Duqing. **Política Exterior da China.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

Conselho de Estado da República Popular da China. **China and the World in the New Era.** 2019. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201909/27/content_WS5d8d80f9c6d0bcf8c4c142ef.html. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

Conselho de Estado da República Popular da China. **China's National Defense in the New Era.** 2019. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html. Acesso em 15 de novembro de 2021.

Conselho de Estado da República Popular da China. **China's Policies on Asia-Pacific Security Cooperation.** 2017. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/2017/01/11/content_281475539078636.htm. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

Conselho de Estado da República Popular da China. **China Adheres to the Position of Settling Through Negotiation the Relevant Disputes Between China and the Philippines in the South China Sea.** 2016. Disponível em: http://english.www.gov.cn/state_council/ministries/2016/07/13/content_281475392503075.htm. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

DANTAS, Alexis; JABBOUR, Elias. **Apontamentos sobre a geopolítica da China.** China contemporânea: seis interpretações; organização Ricardo Musse. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

DAVID, Charles Philippe. **A Guerra e a Paz - Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia.** Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

FAIRBANK, John; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história.** 2ª edição - Porto Alegre, RS: L&PM, 2007.

FAKHOURY, Renato Matheus Mendes. **As disputas marítimas no Mar do Sul da**

China. Antecedentes e ações militares no século XXI. Série Conflitos Internacionais, v. 6, n° 1. Fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-6-n.-1-fev.--2019---mar-do-sul-da-china.pdf>> Acesso em 15 de outubro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS - IBP. **Maiores reservas provadas de petróleo em 2020.** Disponível em: <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-seto_r/snapshots_/maiores-reservas-prova-das-de-petroleo-em-2020/> . Acesso em 17 de janeiro de 2022.

JUNG, Daiana Winter. FILHO, João Estevam dos Santos. BORGES, Mateus Schneider. **Tensões no Mar do Sul da China.** Relações Internacionais Para Educadores (RIPE) ISSN: 2318-9390. v. 4, 2017. p. 9-22. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ripe/wp-content/uploads/2017/04/Tens%C3%B5es-no-Mar-do-Sul-da-China.pdf>> Acesso em 20 de novembro de 2021.

KAPLAN, Robert D. **Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of A Stable Pacific.** New York: Random House, 2014.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China.** 1ª edição - Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KOTZ, Ricardo. **A nova Rota da Seda: entre a tradição histórica e o projeto geoestratégico para o futuro.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193931/PGRI0068-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 de novembro de 2021.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics.** Chicago: University of Chicago Press, 2001.

NYE, Joseph. **Bound to Lead: The Changing Nature of American Power.** Estados Unidos, 1990.

ONU. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982.** Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/> Acesso em 15 de outubro de 2021.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio; SILVA, Caroline Cordeiro Viana e. **PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO: Uma análise sistêmica da aplicação do conceito de securitização em artigos internacionais.** 11º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política; Democracia e Representação: impasses contemporâneos. Curitiba, 2018.

PEREIRA, Elenita Malta. **O OURO NEGRO: Petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX.** Dossiê Religião e Religiosidade, Outros Tempos. Volume 5, número 6, dezembro, 2008.

PEREIRA, Rui. **A Questão do Mar do Sul da China no Contexto das Relações entre a China e os Países ASEAN.** In: Nação e Defesa. Lisboa. N° 109 - 2ª Série. p. 97-122. Outono-Inverno, 2004.

RATZEL, Friedrich. (1897). **Géographie politique**. Paris, Ed. Régionales européennes, 1988.

ROSENBERG, David. **South China Sea Research Guide**. 1999. Disponível em: <<https://www.southchinasea.org/>> Acesso em 20 de novembro de 2021.

SUN, Tzu. **A arte da guerra**. São Paulo: Buzz editora, 2018.

VAZQUÉZ, Daniel Day. **A Rota da Seda, o Colar de Pérolas e a competição pelo Índico**. Revista de Geopolítica, v. 4, nº 2, p. 155 - 195, jul./dez. 2013.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. The MIT Press. International Organization, Vol. 46, No. 2 (Spring, 1992), pp. 391-425.

XU, Beina. **South China Sea Tensions**. Council on Foreign Relations, 2014. Disponível em: <<http://www.cfr.org/china/south-china-sea-tensions/p29790>>. Acesso em: 22 de novembro de 2021.

YAN, Xuetong. **From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement**. The Chinese Journal of International Politics, 2014, 153–184. Disponível em: <<https://asset-pdf.scinapse.io/prod/2125792626/2125792626.pdf>>. Acesso em: 22 de novembro de 2021.